

Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre

Vera Santos



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/383>

DOI: 10.4000/medievalista.383

ISSN: 1646-740X

Editora

Instituto de Estudos Medievais - FCSH-UNL

Refêrencia eletrónica

Vera Santos, « Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre », *Medievalista* [Online], 14 | 2013, posto online no dia 01 julho 2013, consultado no dia 01 maio 2019.

URL : <http://journals.openedition.org/medievalista/383> ; DOI : 10.4000/medievalista.383

Título: **Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre**

Autor(es): **Vera Santos**

Enquadramento Institucional: **Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Coimbra, Portugal**

Contacto: **verasantos@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº14, (Julho - Dezembro 2013). Dir. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

Resumo

Sendo provável que a vila de Miranda do Corvo se tenha desenvolvido em redor do cabeço do antigo castelo, fortificação importante na linha de defesa de Coimbra durante a ‘Reconquista’, pouco se sabe da sua história. É quase certo que o topónimo Miranda tem origem latina, relacionado com a função do cabeço como miradouro. Contudo, a primeira referência documental a esta vila surge no século X, e o seu castelo só aparece mencionado a partir do século XII. Actualmente, praticamente nada resta da fortificação medieval, para além de uma torre que fazia parte da muralha – actual torre sineira da Igreja Matriz –, assim como a cisterna, de nave única e planta rectangular, localizada no topo do cabeço.

Os trabalhos arqueológicos aqui apresentados, realizados por solicitação da Autarquia, enquadram-se no âmbito do projecto da Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, que visa levar a cabo um programa de reabilitação do local.

Palavras-chave: Arqueologia, Miranda do Corvo, Castelo, Sepulturas Rupestres, ‘Reconquista’.

Abstract

It is probable that the town of Miranda do Corvo has developed around the mound of the old castle, an important fortification in the defense of Coimbra during the 'Reconquista'. However, nothing is known about its history. It is almost certain that the toponym Miranda has Latin origin, related to the function of the hill as a lookout. However, the first documentary reference to this village appears in the tenth century, and its castle appears only mentioned after the twelfth century.

Today, however, virtually nothing remains of medieval fortification, except a tower – current bell tower of the church – that would be part of the wall, as well as the cistern, located at the top of the hill.

The archaeological work here presented, performed at the request of the Municipality, takes place under the project Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, in order to carry out a rehabilitation program.

Keywords: Archeology, Miranda do Corvo, Castle, Rupestrian *Cemetery*, 'Reconquista'



Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre

Vera Santos

Introdução

A vetusta vila de Miranda do Corvo, no distrito de Coimbra, surgiu num local estratégico: no cruzamento do vale do rio Dueça com uma das passagens ao longo da Cordilheira Central, mas o momento da sua fundação permanece uma incógnita.

As evidências da longa da ocupação humana nesta região têm surgido, ao longo do tempo, através de vários achados arqueológicos. Uns fortuitos, como são os casos do lendário tesouro proto-histórico de Chão de Lamas¹ e do capitel de mármore identificado na povoação do Corvo². Outros provenientes de intervenções arqueológicas programadas, como é o caso do Estudo de Impacte Ambiental do Parque Eólico de Vila Nova³, durante o qual foram identificados vários tumuli pré-históricos, ou os trabalhos arqueológicos da empreitada da A13, Itinerário Complementar 3, entre Tomar e Coimbra. Contudo, a primeira referência documental a esta vila só surge no século X⁴.

Sobranceiro à vila, no alto de um cabeço arredondado, assentava o castelo medieval, atalaia fundamental da via Colimbriana. É provável que a povoação se tenha desenvolvido em redor daquele cabeço, atualmente designado Alto do Calvário, espraiando-se em direção ao vale. Contudo, apesar de ter sido uma peça importante na linha de defesa da cidade de Coimbra, durante e após a ‘Reconquista’ daquela cidade, pouco se sabe sobre a fundação do castelo ou da povoação. À superfície, daquele antigo baluarte apenas resistiram à passagem do tempo uma torre da muralha e a cisterna, amplamente descaracterizadas.

¹ O tesouro de Chão de Lamas, assim designado por ter sido encontrado nesta povoação durante trabalhos agrícolas, é composto por 7 peças de prata e uma de prata e ouro e encontra-se no Museu Arqueológico de Madrid, desde 1922.

² Este capitel foi reaproveitado como pia de água benta, na capela de Santa Catarina, na povoação do Corvo. À volta desta peça surgem várias questões, como a da sua proveniência: para alguns autores será proveniente de Conimbriga ou de Coimbra (RODRIGUES, António, 2000: 22) e não do território de Miranda. Também a sua datação é bastante discutida, tendo sido datado quer como visigótico quer como sendo posterior ao século VIII, como moçárabe. Encontra-se, actualmente, no acervo do Museu Nacional Machado de Castro.

³ Resultados consultados no sítio da internet da DGPC, <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>, a 8 de Maio de 2013.

⁴ A primeira referência escrita a Miranda do Corvo data de 980 (BAIÃO, António et al, 1937: 25). Trata-se do testamento de Gaudinas e de sua mulher Conposta, que deixam várias propriedades, situadas na villa Alquinítia, ao Mosteiro do Lorvão. Estas propriedades situavam-se perto da igreja de Sancti Martini, no território de Miranda. (HERCULANO, Alexandre, 1867: 78, Doc. CXXVII).

Daquela inserção, de outrora, no polígono defensivo da cidade de Coimbra, nasceu, em 2011, o projeto da Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (RCMM). Este projeto teve como ponto de partida o património e história comuns de oito municípios⁵, que partilham o facto de, durante os séculos XI e XII, terem pertencido à linha avançada de fortificações que defendiam a cidade de Coimbra e os seus campos pelos lados Este, Sul e Oeste. E foi no âmbito deste projeto que tiveram início os trabalhos arqueológicos objeto deste artigo: o Município de Miranda do Corvo elaborou um plano de requalificação do Alto do Calvário, tendo como base a recuperação da cisterna e da atual torre sineira, de génese medieval. Os trabalhos arqueológicos tiveram início em Maio de 2011, tendo ficado concluídos em Março de 2012. A equipa é constituída pela signatária, que conta com a consultadoria científica da Doutora Helena Catarino, e pelo antropólogo Flávio Simões, que conta com a consultadoria científica da Doutora Ana Maria Silva, do Instituto de Ciências da Vida, da FCTUC.

⁵ O projeto envolve os Municípios de Penela, Coimbra, Figueira da Foz, Pombal, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho e Soure, aos que se juntam a Agência de Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, a Turismo Centro de Portugal, a Universidade de Coimbra, o Instituto Pedro Nunes, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra e, ainda, a Direção Regional de Cultura do Centro.

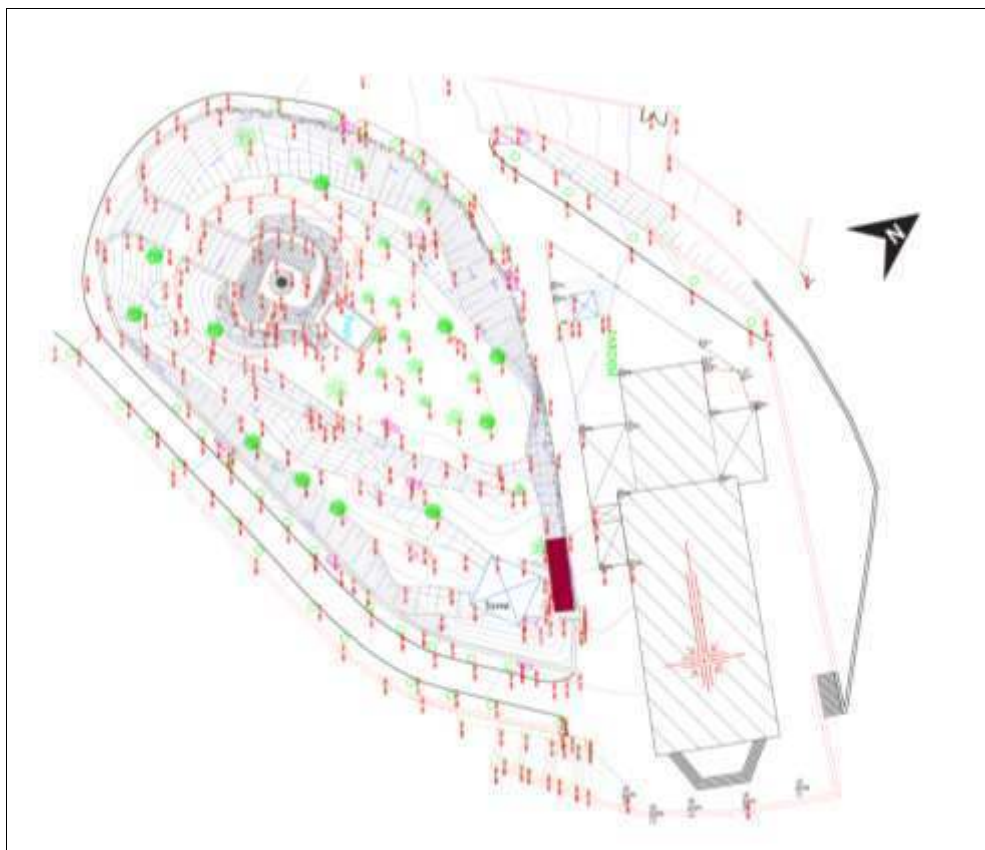


Fig. 1 – Levantamento topográfico do Alto do Calvário. A rosa, localização do troço de muralha identificado na fotografia do início do século XX.

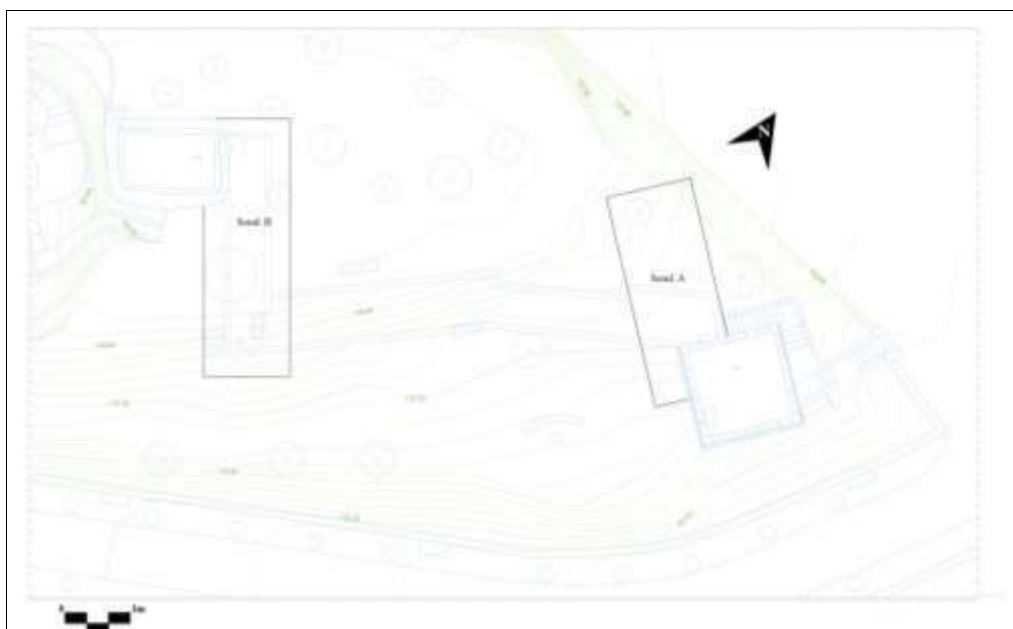


Fig. 2 – Implantação das sondagens arqueológicas sobre o projecto de reabilitação arquitectónico.

Enquadramento Histórico

Após a ‘Reconquista’ de Coimbra, por Fernando Magno, em 1064, a linha de fronteira entre os reinos cristãos e o mundo muçulmano estabeleceu-se numa faixa de território a sul do Rio Mondego, onde ficou fisicamente marcada pela construção ou reconstrução de várias fortificações. Esta estremadura, onde Miranda do Corvo se encontrava inserida, foi fulcral para a defesa da cidade de Coimbra, já que permitia o controlo do acesso a Sul, que se apoiava na antiga via romana Olisipo-Bracara. Esta região vai adquirir ainda maior importância estratégica quando, no século seguinte, a partir de 1131, o princeps português Afonso Henriques se fixa na cidade do Mondego. É neste contexto que surgem as primeiras informações sobre o castelo de Miranda do Corvo.

A referência mais antiga surge em 1136, na própria Carta de confirmação, estabilidade e de foro⁶, dada por Afonso Henriques em favor de Uzberto e sua mulher Marina, e que será, posteriormente, confirmada por D. Afonso II. Mas o testamento do Presbítero Árias, datado de 1138, já refere a sua existência em 1116. Através deste documento, ficamos a saber que Árias pediu autorização à condessa D. Teresa e ao bispo conimbricense para construir uma igreja «in castro Miranda», o que reflete a necessidade de construir um novo local de culto para provir às necessidades de uma comunidade cristã organizada. A autorização foi concedida, visto que a construção deste novo templo iria ajudar à fixação da população numa zona de fronteira, daí a necessidade deste testamento, que faz reverter, após a morte de Árias, a Igreja do Salvador para o Bispado de Coimbra. Mas estas não são as únicas informações deixadas pelo Presbítero. É através dele que ficamos a saber que a investida almorávida de 1116, que destruiu Soure e Santa Olaia, também terá destruído por completo⁷ o castelo e a povoação de Miranda do Corvo.

⁶ A breve referência ao castelo surge no estabelecimento de penas para homicídio: «Et qui homicidium, aliud tantum, sed si intus castellum contigerit sexaginta solidos.», apud CAPÃO, 1989: 29.

⁷ «... et inter multas aduersitates Sarracenorum, ibidem tunc temporis omnia depopulancium (...)» (Livro Preto, 1999: 381). É de realçar o tom catastrófico em que este testamento é redigido, talvez

Contudo, nenhuma das fontes anteriormente referidas nos deixou qualquer informação sobre a fundação da fortificação, a sua reconquista⁸ após a investida islâmica de 1116 ou a sua descrição⁹ arquitetónica. Supomos que, inicialmente, o castelo de Miranda do Corvo se enquadrava nos locais defensivos erguidos durante os períodos instáveis da Alta Idade Média, caracterizando-se por ser uma estrutura pouco sofisticada, que apenas servia para abrigar a população e seus haveres, em caso de perigo. Seria utilizada para assentamento de uma guarnição militar, e não para o estabelecimento permanente da população. Essa estaria fixada num habitat aberto, ou habitats se pensarmos em vários assentamentos dispersos, a baixa altitude, e que apenas se juntava na fortificação em momentos de perigo.

Com o passar do tempo, e a fixação da fronteira a Sul, Miranda do Corvo vai perdendo a sua importância estratégico-militar. Muitas são as lacunas e poucas as referências documentais para o período subsequente. Por exemplo, não há qualquer menção à prestação do serviço de anúduva neste castelo. Na exaustiva lista fornecida por João Gouveia Monteiro¹⁰ de «Notícias de obras (realizadas, em curso ou a realizar) em castelos e/ou cercas de cidades e vilas, entre 1357 e 1448 – um período especialmente conturbado – apesar das várias referências a obras «nos lanços dos muros e torres, barbacãs» de Coimbra, «no castelo da Lousã» e na «cerca de Penela», quer por

inspirado no fim do mundo bíblico. Acreditamos que o documento reflita só até certo ponto o que realmente aconteceu.

⁸ Para António Baião (1937: 35), «a reconquista definitiva do Castelo de Miranda» deverá ter ocorrido no ano de 1134 ou 1135, como consequência do seu avanço para Sul. Conquista essa que Afonso Henriques consolida em 1136, ao outorgar a carta de foral a Miranda do Corvo, e no ano seguinte, a Penela, tentando, desta forma, atrair e fixar povoadores para esta área estrategicamente fundamental. Ao futuro rei de Portugal deve-se mais de 30 cartas de foral e algumas confirmações, nas regiões de fronteira do seu futuro reino. Desta forma, tentou ligar a si as respectivas populações, além de que, nesta região em concreto, adensou a malha concelhia protectora de Coimbra.

⁹ Porém, é frequente encontrarmos na bibliografia uma ‘descrição pormenorizada’ deste castelo. Num dos seus muitos trabalhos, o Coronel Belisário Pimenta (1959: 17) publicou uma descrição hipotética da fortificação, alertando para a necessidade da sua verificação arqueológica. Contudo, esta descrição hipotética passou a vigorar, em todos os trabalhos publicados daí em diante, como verdade absoluta.

¹⁰ Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando, 1999: 124.

iniciativa dos concelhos quer por iniciativa do monarca, não há qualquer referência ao castelo de Miranda do Corvo, outrora fundamental na defesa de Coimbra. Este facto não deixa de ser incompreensível, perante a preocupação com a integridade e a protecção das muralhas e cercas, durante a Idade Média.

Apesar do mutismo das fontes escritas, sabe-se que a fortificação de Miranda do Corvo continuava a cumprir o seu papel, e que em Janeiro de 1384, em plena crise dinástica, o alcaide João Afonso Telo, homem próximo da rainha D. Leonor, abriu as portas da fortificação ao rei castelhano.

Mas o castelo acaba por ser abandonado, entrando em ruínas. Acessível pela proximidade de vias de comunicação importantes (nomeadamente a estrada colimbriana¹¹, tornava-se mais vulnerável a ataques do que, por exemplo, o vizinho castelo de Arouce. Este encontra-se mais isolado na serra e destaca-se menos da paisagem envolvente. As suas diferentes posições topográficas poderão ter estado na origem do abandono do castelo de Miranda do Corvo e o maior investimento (indiciado pelas várias notícias de obras e melhoramentos), por parte das autoridades, na manutenção do castelo de Arouce.

É provável que o castelo de Miranda do Corvo estivesse já abandonado por volta de 1786, ano que deve corresponder ao início dos trabalhos de construção do actual edifício da Igreja Matriz. Este novo templo foi implantado na zona Este do cabeço, fora da linha de muralhas do antigo castelo. A sua dimensão levou à escavação do afloramento xistoso, a Oeste, onde ainda permanecia um trecho do pano da muralha. O afloramento foi talhado a pique, à maneira de parede, para aumentar a largura do caminho de acesso ao adro da nova Igreja do Salvador. Esta acção terá destruído parte do pano da muralha

¹¹ A também denominada “Estrada da Beira” ligava a Cidade Rodrigo a Coimbra, «passando por Castelo Bom, Linhares, Gouveia, Seia, Santa Ovaia, Coja, Arganil e Penacova [...], da qual haveria ligações para Viseu, Lamego e Covilhã.», (TENETE, Catarina, 2007: 33). Esta via é o eixo de circulação privilegiado da zona centro do país: além de entroncar no eixo norte-sul, na via Olisipo-Bracara Augusta, ao atravessar a região faz a ligação litoral-interior. Era, por isso, passagem obrigatória para quem se deslocava do interior da Meseta para Ocidente, dando acesso directo a Coimbra e ao litoral. Ao longo da História, permitiu a circulação, não só interna como de e para o exterior, de produtos, pessoas e exércitos.

aqui existente, onde se inseria a torre angular transformada, nesta época, em torre sineira. Numa atitude que não é inédita, a torre da antiga estrutura castelar é reutilizada com nova função, evitando a construção de uma ex-novo.

O último aluimento da estrutura defensiva ocorreu a 7 de Maio de 1799. À época, já o local se transformara numa pedreira, aonde a população se dirigia para aproveitar as pedras que outrora fizeram parte da estrutura defensiva, o que levou à delapidação do sítio e, conseqüentemente, dos vestígios arqueológicos. Isso mesmo é o que nos diz a postura camarária de 1799¹² onde a Câmara Municipal de Miranda do Corvo proíbe, veementemente, a utilização da pedra da fortificação para obras particulares: quem fosse acusado de roubar pedra do castelo seria condenado a uma multa pecuniária e a um ano de cadeia. A Câmara considerava a pedra propriedade concelhia que deveria ser utilizada em obras públicas. E será isso que vai acontecer, em 1803, quando se estabelece que para a construção da nova ponte no Corvo, na Estrada Real, fosse utilizada a pedra do castelo.

O estado de abandono da zona levou, na primeira metade do século XX, a duas grandes intervenções urbanísticas que alteraram, completamente, a fisionomia do antigo cabeço do castelo. A primeira intervenção, realizada na década de 1930, centrou-se na actual Torre Sineira, à qual foi retirado o telhado e acrescentadas ameias, em tijolo. Durante os anos de 1940 e 1950, com a chegada do Padre Fernando Coimbra à paróquia de Miranda do Corvo, novas obras transformaram o Caramito¹³ naquilo que é hoje: o Alto do Calvário, encimado pelo Cristo Redentor.

A intervenção arqueológica: resultados preliminares

De acordo com o projeto de reabilitação do Alto do Calvário, que prevê a recuperação da Torre Sineira, implantou-se a primeira sondagem ao longo da sua fachada Sudoeste.

¹² LARCHER, Jorge, 1935: 267.

¹³ Antigo nome dado pela população ao cabeço; será a corruptela popular de carrapito.



Figura 3 - Torre Sineira de Miranda do Corvo: aspecto anterior à intervenção arqueológica (Março 2011). Localização da sondagem inicial.

Esta sondagem tinha como objetivos obter uma cronologia para a construção da torre angular, identificar os restos da muralha que circundava o cabeço e tentar compreender que realidades arqueológicas estariam sob os taludes artificiais que circundam esta zona do cabeço.

A actual Torre Sineira, elemento norteador da sondagem, é uma estrutura de planta quadrangular, de génese medieval, que fazia parte da cintura de muralhas, como torre angular. Está implantada na vertente Este do cabeço, dominando a estrada para Coimbra. O aparelho aproveita a rocha local: o xisto e seixos xistosos. Os silhares de calcário de tamanho grande são utilizados nos ângulos. Tal como já foi referido, no final do século XVIII, esta estrutura foi aproveitada como sineira da actual Igreja Matriz. Na documentação fotográfica do início do século XX, esta estrutura surge com um telhado

de quatro águas, semelhante ao que vamos encontrar nas torres coimbrãs. Contudo, a intervenção urbanística realizada na década de 1930 centrou-se nesta torre, à qual foi retirado o telhado, acrescentadas ameias em tijolo e colocado um reboco em cimento, no qual foram ‘impressos’ silhares. Recebeu, também, o relógio, que ainda hoje marca o compasso das horas.



Figura 4 - Fotografia do início do século XX, onde ainda se verifica a existência de parte da muralha, adossada à Torre Sineira de Miranda do Corvo. Postal ilustrado publicado pelo jornal O Mirante, em 1999.



Figura 5 – Fotografia dos anos de 1940, depois da intervenção na Torre Sineira. Postal ilustrado publicado pelo jornal O Mirante, em 1999.

Actualmente, esta estrutura apresenta cerca de 11m de altura e 5m de lado. É composta por 4 níveis: o rés-do-chão, actualmente utilizado como depósito da Igreja, e ao qual se acede através de uma porta rasgada na fachada NE; o primeiro piso, a que se tem acesso através de uma porta exterior (a original?), na fachada NO, e onde se encontram as sineiras; o segundo piso, ao qual se acede através de uma escada interior, em betão armado, e onde se encontram os mecanismos do relógio; e o terceiro e último piso, o terraço no topo ameadado, que é servido por umas escadas metálicas e que foi construído

nos anos de 1930. O interior da estrutura encontra-se completamente descaracterizado, com reboco de cimento nas paredes (excepto no rés do chão) e pisos em betão armado.

Durante a escavação da Sondagem A, a equipa deparou-se com um reduzido número de artefactos cerâmicos, na sua maioria pequenos fragmentos de cerâmica comum incaracterística, com a quase inexistência de estruturas e com uma estratigrafia pobre: quer o abandono precoce da fortificação, que cedo transformou o local em zona de pedreira, quer as intervenções efetuadas no século XX, levaram a uma total descaracterização do sítio e a uma delapidação da sua estratigrafia. Contudo, os vestígios identificados permitiram corroborar os dados históricos conhecidos e alargar o conhecimento sobre o arqueossítio.

Desde o início dos trabalhos, logo durante a decapagem da camada de superfície, que nas quadrículas a SO da Torre Sineira foi exumado muito material osteológico humano, sem conexão anatómica. Tratava-se, essencialmente, de pequenos fragmentos e de ossos mais pequenos. Como se viria a verificar, este material estava relacionado com o ossário. Trata-se de uma vala aberta no século XX, para colocação do material osteológico humano proveniente da cisterna. De acordo com testemunhos orais, na década de 1950 foi ordenada a limpeza da cisterna, durante as obras do Calvário. Foi então que os trabalhadores se depararam com um imenso ossário, tendo trasladado o material osteológico para uma vala, que abriram junto à torre. Não havendo, até ao momento, notícias da transformação da cisterna em ossário, levantamos a hipótese de tal ter acontecido por volta de 1786, ano que deve corresponder ao início dos trabalhos de construção do atual edifício da Igreja Matriz. Visto a Igreja do Salvador estar implantada “in castro Miranda” desde pelo menos 1116, e devido ao ritual de enterramento das populações cristãs junto aos templos, é provável que a área da necrópole desta igreja seja extensa, o que terá levado à necessidade de destruir algumas sepulturas para a implantação do edifício setecentista¹⁴. Com a colocação do material

¹⁴ São conhecidas três Igrejas do Salvador, no Alto do Calvário: a do Presbítero Árias, no início do século XII; a do Mestre João Fernandes, de finais do século XIV, e a actual, de finais do século XVIII (BORGES, Nelson Correia, 1987: 204). Para Belisário Pimenta (1959: 17), a igreja trecentista estaria

osteológico na cisterna, para além de se dar um fim digno às ossadas exumadas das sepulturas a destruir, selou-se uma estrutura subterrânea que, à época, já não estaria em funcionamento e que, caso permanecesse vazia, poderia transformar-se numa armadilha.

A abertura da vala, no século XX, destruiu todos os vestígios arqueológicos aqui existentes, inclusive os relacionados com a construção da torre: por exemplo, não foi identificada a vala de fundação relacionada com o alicerce da fachada SO.

Outro dos vestígios identificados foi o derrube da muralha, um derrube pétreo composto por pedras de grandes dimensões, datado de Época Moderna (século XVII). Este derrube corresponde à derrocada de parte do pano de muralha que, nesta zona, tinha orientação SE-NO, correndo paralelo à fachada NE da atual Torre Sineira (vide Figura 4). No início dos anos de 1930, aquando da primeira grande intervenção urbanística no Alto do Calvário, que se centrou na Torre Sineira, o pano de muralhas remanescente foi destruído. (vide Figura 5)

De finais da Idade Média, inícios de Época Moderna, identificou-se a estrutura de acesso à torre angular, composta por dois muros: enquanto estruturas defensivas, as torres tinham a sua porta de entrada vários metros acima do nível do chão, ao nível do primeiro andar. O acesso era feito, geralmente, por meio de uma escada de madeira, facilmente recolhida durante um ataque. Mas, à medida que durante a Baixa Idade Média as antigas fortificações adquirem uma característica mais senhorial, angariando uma função residencial ou civil, constroem-se acessos mais convenientes, mais de acordo com a nova função da estrutura. É o caso desta construção, que se encontra sob as atuais escadas de comunicação à torre, sendo interpretada como uma escada de acesso ao primeiro andar da Torre Sineira, a fazer lembrar as típicas casas beirãs.

situada onde hoje está a capela-mor da Igreja Matriz. A ser verdade, a ampliação do edifício levou à destruição de muitas sepulturas.



Figura 6 – Aspeto dos trabalhos: derrube da muralha e estrutura moderna de acesso à Torre. Ao fundo, vê-se a fachada SO da Igreja Matriz.

A ocupação mais antiga identificada nesta área do Alto do Calvário data de época medieval e trata-se da necrópole de sepulturas escavadas na rocha. Esta necrópole medieval encontra-se implantada num local de culto antigo, embora o actual edifício religioso remonte ao século XVIII, não se identificando vestígios de construções anteriores. As sepulturas identificadas até agora situam-se a Oeste da actual Igreja Matriz, num plano mais elevado, dentro do que terá sido o perímetro amuralhado do castelo medieval.

Foram identificadas 28 sepulturas, das quais foram escavadas 24¹⁵, pois as restantes prolongavam-se para fora da área intervencionada ou encontravam-se, parcialmente, sob alguma estrutura. Das 24 sepulturas, foram exumados 22 indivíduos em conexão anatómica (14 não adultos, 4 adolescentes e 4 adultos), e 21 indivíduos em redução¹⁶ (13 não adultos, 1 adolescente e 7 adultos), visto as sepulturas terem sido sucessivamente reutilizadas, o que demonstra um longo período de utilização do espaço enquanto necrópole rupestre.

¹⁵ Deste universo de 24 sepulturas, é de realçar a existência de dois sepulcros que não são rupestres. Nestes casos, os enterramentos foram feitos sobre túmulos escavados na rocha e as paredes dos sepulcros compostas por toscas fiadas de pedras.

¹⁶ O material osteológico ainda se encontra em fase de estudo laboratorial pelo antropólogo Flávio Simões, daí que estes resultados possam sofrer alterações.

Das 22 sepulturas rupestres escavadas, 17 são sepulturas antropomórficas, ou exibem um antropomorfismo incipiente; as restantes encontram-se demasiado destruídas para serem classificadas. A maioria dos túmulos demonstra um certo cuidado na elaboração, apesar da dificuldade que o talhe do xisto apresenta, devido à sua tendência para lascar.

Como normalmente acontece nas necrópoles, não há uma exclusividade de tipologias, embora a variedade das formas não seja muita: identificaram-se 5 tipos, depreendendo-se uma preferência pelas formas assimétrica e trapezoidal. Até ao momento, não foi inferida uma relação entre a tipologia do sepulcro e a idade do inumado ou o seu sexo.

Relativamente à orientação das sepulturas, no caso das sepulturas da Sondagem A, a orientação cristã¹⁷ não foi totalmente seguida, apresentando uma ligeira variação, o que poderá ser explicado em termos de aproveitamento da pendente natural da rocha base, de NO para SE. Ou seja, os sepulcros foram escavados no afloramento de xisto, de forma a que as cabeceiras (a NO) estivessem a uma cota mais elevada do que os pés (a SE). Assim, a maioria das sepulturas (16) apresenta uma orientação genérica de NO-SE – entre os 285° e os 330° – uma ligeira variação dos cânones da altura. É nas necrópoles articuladas com locais de culto que as sepulturas são sistematicamente orientadas a Este, pois os edifícios atuavam como polo orientador das sepulturas que os envolviam.

Quanto à sua distribuição espacial, os sepulcros da Sondagem A encontram-se organizados, ordenados lado a lado. Ao contrário do verificado noutras necrópoles de maiores dimensões¹⁸, nesta área as sepulturas encontram-se associadas, agregadas. Para Catarina Tente (2007), o espaçamento entre sepulcros, nas necrópoles, «(...) poderá estar relacionado com uma maior diacronia na utilização das necrópoles de maiores dimensões», o que vai de encontro ao considerado para a necrópole em questão, como já vimos, em relação às inúmeras inumações em redução. Além disso, a longa utilização da área enquanto espaço sepulcral está, também, patente, no facto da maioria dos túmulos se encontrar destruída, parcial ou totalmente, pelo talhe de outros, posteriores, que se sobrepõem.

¹⁷ Com a cabeça virada para Oriente, onde é suposto aparecer Deus no dia do Juízo Final. A morte para os cristãos desta época é um estágio intermédio, um sono profundo do qual irão acordar no dia da Ressurreição.

¹⁸ É o caso da necrópole da Tapada do Anjo, em Fornos de Algodres (TENTE, Catarina: 2007: 83), cujos sepulcros foram distribuídos por espaços muito mais amplos, achando-se em grupos.

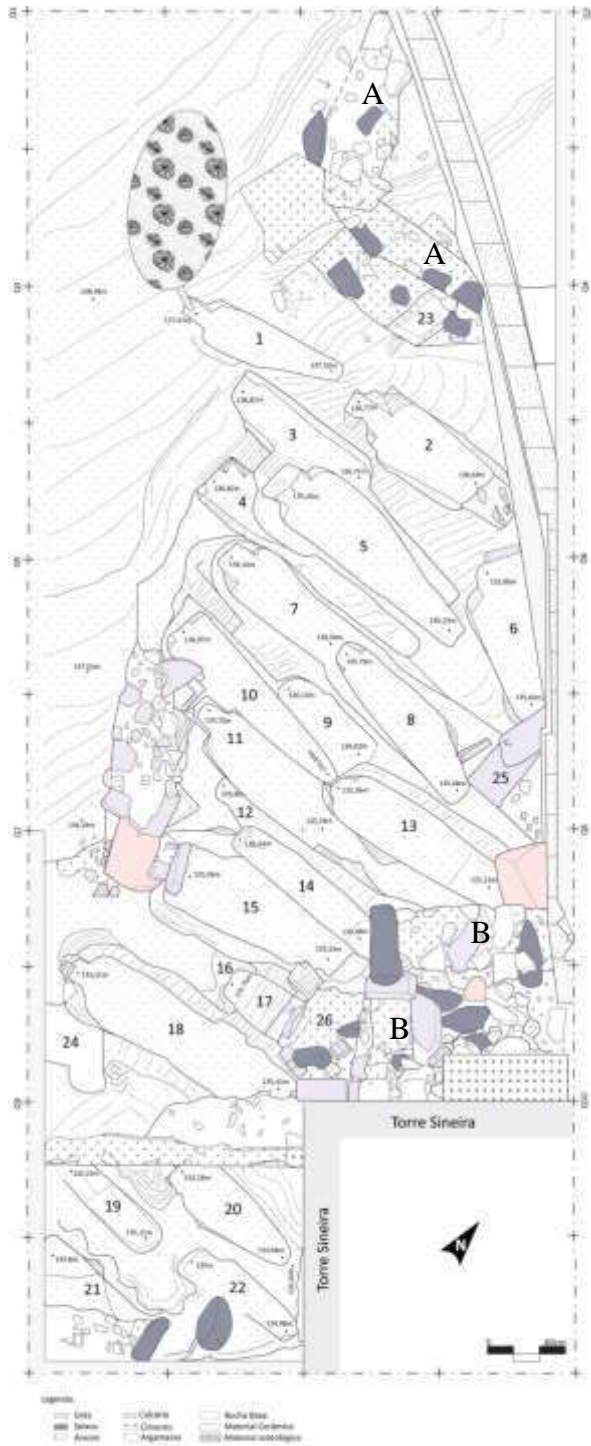


Figura 7 – Plano final da Sondagem A. As sepulturas escavadas estão numeradas de 1 a 22. As sepulturas não escavadas estão numeradas de 23 a 26. Estrutura identificada com a letra A: ângulo de edifício relacionado com a Igreja do Presbítero Árias; estrutura identificada com a letra B: acesso moderno à torre angular.

É o caso da sepultura 5, que corta as sepulturas 3 e 4; da sepultura 8, que destruiu parcialmente a sepultura 7, ou do sepulcro 10, que destruiu a sepultura 9 e que por sua vez foi destruído pelo túmulo 11, que também destruiu a sepultura 12.

Em relação aos rituais de sepultamento, depois de executado o túmulo, proceder-se-ia à deposição do morto, directamente na base da sepultura. Na quase totalidade dos casos, a colocação do indivíduo na sepultura fez-se na posição de decúbito supino, ou dorsal. Na maioria dos indivíduos cujo crânio se encontra conservado, a sua cabeça foi colocada de forma a ficar a ‘olhar’ para nascente, de onde surgirá Deus no dia do Juízo Final. Nos casos que se conseguiram apurar, os braços encontram-se flectidos sobre o baixo-ventre (10 casos) ou cruzados sobre o peito (3) e as pernas estendidas (14). Para as inumações escavadas nesta Sondagem, pode concluir-se que a maioria dos indivíduos não foi envolvido em mortalhas, quer pela posição em que foram depositados quer pela disposição das peças ósseas, dispersas. Além disso, não foi identificado nenhum indivíduo com os pés sobrepostos, posição normalmente associada ao uso de sudário. Também pela disposição das peças ósseas, a maioria das inumações primárias escavadas parece ter ocorrido em espaço fechado, isto é, o defunto foi coberto com terra, embora esta não tenha sido compactada.

O processo de enterramento era concluído com o encerramento da sepultura. Nos casos preservados, a cobertura foi feita através da colocação de pedras calcárias, de xisto e seixos xistosos de tamanho médio ou grande. Em algumas, argamassa de terra consolidava esta ‘estrutura’. Mas muitas sepulturas foram identificadas sem tampa, pois certamente as pedras que as compunham sofreram reutilizações múltiplas, impossibilitando a sua identificação. Contudo, os rebordos totais ou parciais indicam a sua existência.

A assinalar os sepulcros, foram identificadas algumas pedras de cabeceira: pedras calcárias, de tamanho médio, ou seixos xistosos, colocados em cunha. Não se pode concluir que fosse uma prática comum, quer por falta de dados quer pelo facto de muitas sepulturas terem sido destruídas pelo talhe de outras, o que pode significar que tinham sido já esquecidas, que o seu posicionamento era ignorado.

No caso da Sondagem A, conclui-se que as tampas eram cobertas por camadas de terra, ficando os sepulcros enterrados: quer a ‘simplicidade’ das coberturas, não tendo sido identificadas tampas decoradas ou sequer monolíticas, quer o facto de terem sido identificadas algumas pedras a assinalar as cabeceiras contribuem para esta conclusão. Além disso, não foram identificados, até ao momento, canais para circulação de água (talvez desnecessários devido à inclinação do próprio afloramento) ou orifícios de drenagem de líquidos, na base das sepulturas. Não deixa de ser paradoxal o esforço empregue nos sepulcros, que ficariam cobertos, que contrasta grandemente com as pedras de cabeceira, simples seixos ou pedras calcárias, que ficariam visíveis, a assinalar tal monumento invisível.

É de salientar que, de acordo com a análise dos dados obtidos, estamos perante uma área de necrópole originalmente destinada a indivíduos não adultos onde, posteriormente, passaram a ser enterrados indivíduos adultos (do universo de 22 sepulturas rupestres escavadas, identificaram-se 16 sepulcros infantis e 6 sepulcros de adultos). Contudo, não podemos deixar de realçar a ausência, nesta área escavada, de sepulturas de comprimento inferior a 100cm. Ou seja, a mortalidade infantil – de crianças até ao ano de idade – não se encontra representada. Estarão noutra zona da necrópole, ou era-lhes destinado outro tipo de enterramento? Por exemplo, na necrópole rupestre de S. Pedro de Numão¹⁹, foi identificada uma sepultura escavada na terra de um nado-morto.

¹⁹ TENTE, Catarina, 2007: 100



Figura 8 – Inumação primária de não adulto. Nesta sepultura foram identificadas duas outras inumações, em redução.

Na continuação do projeto, foi implantada nova sondagem no topo do cabeço, a NE da cisterna. A cisterna do castelo de Miranda do Corvo é uma estrutura escavada na rocha, tipo poço, de nave única e planta retangular (3m x 4m). Atualmente, apresenta-se sem cobertura, ainda que possam ser observados os arranques da cobertura abobadada. As paredes interiores encontram-se argamassadas; de argamassa é, também, o piso. Não apresenta qualquer tipo de dreno para limpeza e manutenção. A recolha das águas pluviais e o acesso para manutenção seriam feitos pela abóbada, hoje desaparecida, visto não serem visíveis, nas paredes, quaisquer vestígios quer de condutas e canalizações quer de uma escada fixa que permitisse o acesso ao interior da estrutura. A cisterna foi utilizada como ossário, provavelmente no final do século XVIII, tendo sido limpa em meados do século XX, de acordo com testemunhos orais recolhidos.

Esta zona do cabeço sofreu uma forte intervenção durante as obras do Padre Coimbra. Os trabalhos de terraplenagem retiraram vários metros à elevação, aplanando o seu topo.

Daí que na zona NO da sondagem, sob a camada vegetal, o afloramento rochoso se encontra a cerca de 20cm de profundidade. A rocha apresenta-se cortada, para atingir a cota de circulação pretendida. Todos os vestígios arqueológicos que aqui pudessem existir foram destruídos.

Na área SE da sondagem, sob depósitos de Época Moderna, foram identificadas 6 sepulturas escavadas na rocha, que se dividem em dois grupos: 3 das sepulturas encontram-se fraturadas, sendo uma, claramente não antropomórfica e as outras duas de tipologia indeterminada. Deste grupo, duas apresentam orientação O-E, e uma E-O. São mais antigas do que o segundo grupo, que se encontra orientado no sentido S/SO-N/NE, cortando, na perpendicular, as primeiras. As 3 sepulturas mais recentes enquadram-se na tipologia geral de não antropomórficas. Ao todo, foram identificados 7 indivíduos em conexão (6 adultos e 1 não adulto).



Figura 9 – Conjunto funerário perturbado pela escavação de outra sepultura. Trata-se de um indivíduo do sexo feminino, que se encontrava grávida no momento da morte, tendo sido possível identificar e exumar o feto.



Figura 10 – Pormenor do feto.

As inumações identificadas nesta zona foram, também elas, depositadas directamente sobre a rocha. A colocação dos indivíduos nas sepulturas fez-se na posição de decúbito supino, ou dorsal. Os sepultamentos também foram realizados em espaço fechado, isto é, foi colocada terra sobre os defuntos.

Ao contrário das sepulturas da Sondagem A, os 6 sepulcros desta sondagem não conservavam tampa, nem apresentam rebordos, e também não foram identificadas pedras de cabeceira.

Contrariamente ao identificado na Sondagem A, cujas sepulturas são mais antigas, os sepulcros da Sondagem B não se encontram organizados, nem estão paralelos, à excepção das sepulturas 1 e 2, embora as inumações apresentem orientações completamente divergentes. O facto de os sepulcros apresentarem uma orientação diferente não parece ser explicado pela geologia, ou pela falta de espaço, pelo menos à luz dos dados actuais. Talvez a sua datação mais tardia (Baixa Idade Média, início da Época Moderna) ou o afastamento em relação ao templo, polo orientador, sejam as hipóteses mais válidas.

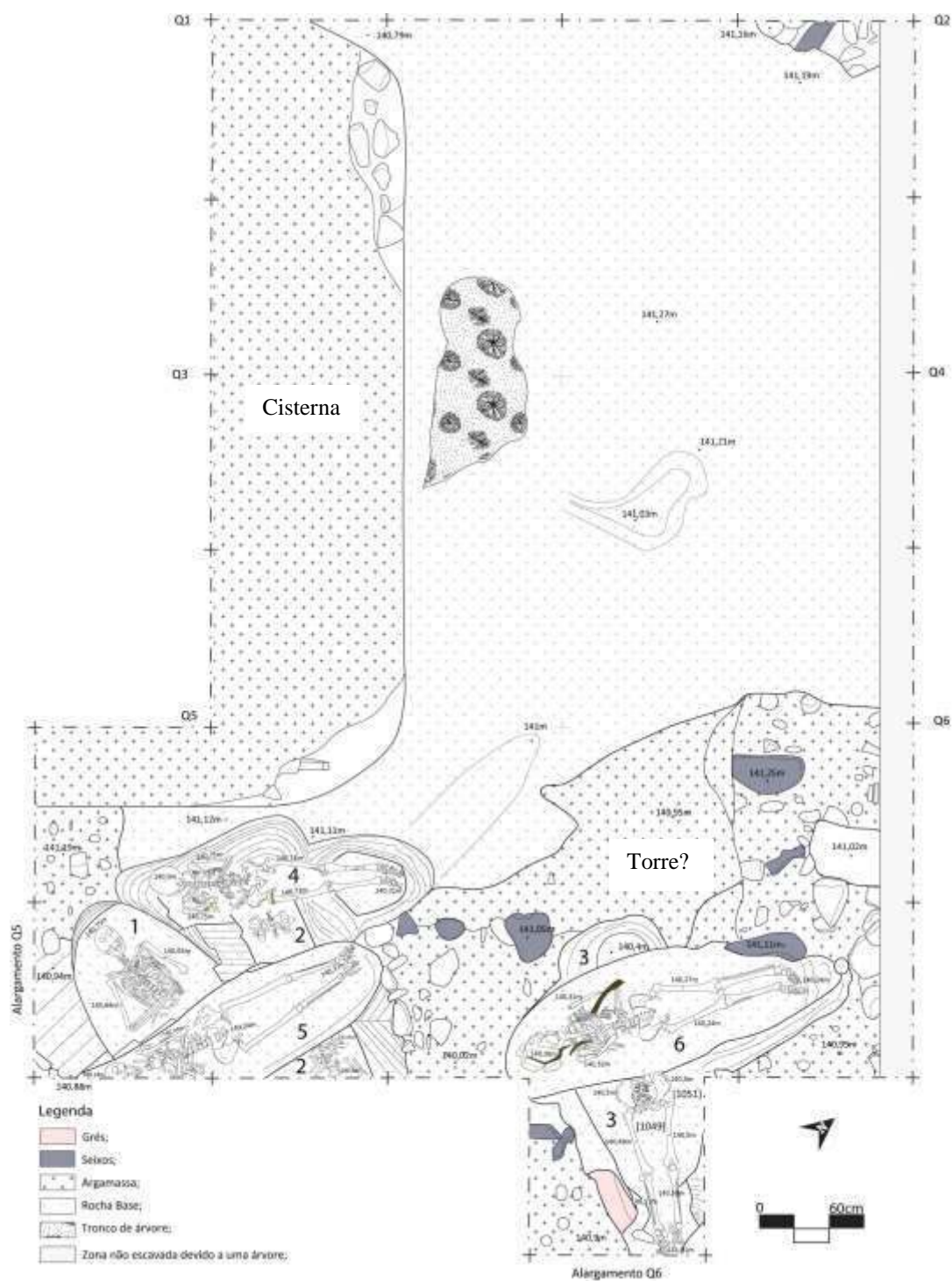


Figura 11 – Plano Final da Sondagem B. As sepulturas foram numeradas de 1 a 6.

Foi, ainda, posto a descoberto o embasamento de uma estrutura que conserva apenas uma fiada de pedras (seixos e xisto ligados por argamassa de terra e argamassa de cal), de aparelho irregular, o que dificulta a sua datação. Não foi possível fazer o levantamento integral da construção, pois estende-se para fora dos limites da sondagem. Contudo, é possível verificar que se trata de uma estrutura maciça, da qual foi possível identificar mais de 300cm, no sentido NE-SO, e 300cm, no sentido, NO-SE. É possível que se trate do embasamento de uma torre.



Figura 12 – Base de estrutura (torre?), identificada no topo do cabeço.

Esta estrutura é anterior à necrópole rupestre, nesta zona do cabeço: depois de ter deixado de exercer a sua função, a construção foi destruída e o seu embasamento escavado para o talhe de sepulturas. A necrópole, na zona Este do cabeço (junto à atual Torre Sineira), é mais antiga. Com o avançar da necrópole para Oeste, também o topo do cabeço passou a ser zona de enterramentos. A necrópole continuou a avançar para poente, onde hoje se encontra o cemitério municipal, inaugurado no século XIX.



Figura 13 – Localização de inumação identificada fora da área de escavação, no talude da zona Oeste do cabeço²⁰, virado para o atual cemitério municipal. **Figura 14** - Pormenor da inumação in situ, identificada fora da área de escavação.

Materiais arqueológicos

Não foram identificados objectos cerâmicos associados às inumações, assim como qualquer numisma. Parece que o hábito pagão de pagar a Caronte está ausente das sepulturas escavadas. Na necrópole rupestre da Sondagem A, o espólio funerário está apenas representado por algumas contas isoladas, e por dois alfinetes de cabelo, de cobre, exumados in situ. Contrariamente, durante a exumação do material osteológico do ossário, foram resgatadas algumas moedas, de aspecto mais tardio. Deste espólio, contam-se, ainda, alguns botões, quer em osso quer metálicos, e colchetes, o que indica que os indivíduos terão sido enterrados vestidos. Quanto a objectos de adorno, foram exumados alguns anéis, medalhas e cruxifixos. Este espólio parece corroborar a hipótese deste material osteológico ser proveniente das sepulturas que existiam em redor da Igreja do século XIV, em cima (?) da qual terá sido construído o templo actual, no século XVIII (vide nota 14).

²⁰ Esta inumação já não se encontra visível, pois foi perturbada. Apesar dos esforços da equipa, a sua localização foi divulgada e o material ósseo que se encontrava visível foi destruído.

Das sepulturas da Sondagem B, foram exumadas quatro contas, durante o levantamento de um dos indivíduos: duas sobre o abdómen, duas pendentes no lado direito, sendo provável que este indivíduo tenha sido enterrado com um rosário na mão esquerda. Foi, ainda, exumado um botão sobre o tórax, o que indica a utilização de roupa.

Do total da intervenção, não foi exumado espólio relacionado com a actividade bélica, sendo a cerâmica comum o espólio mais abundante.

Conclusão

Apesar dos vestígios identificados, a estratigrafia reconhecida apresenta muitos hiatos. Muitos são os momentos de ocupação do sítio sobre os quais não temos dados (não foram identificados, por exemplo, os níveis de circulação relacionados com as estruturas descobertas) e para determinados momentos os dados são exíguos. O problema da origem e edificação do castelo mantém-se em aberto; já o seu declínio e abandono parecem estar comprovados, quer do ponto de vista documental, quer do ponto de vista arqueológico.

A análise do material recolhido não permite avançar com cronologias absolutas, visto que, por exemplo, os poucos numismas identificados estão em contexto de ossário (que se encontra no seu segundo lugar de deposição) e as cerâmicas finas são raras.

Em relação à necrópole rupestre, perante o número de sepulcros identificados na Sondagem A – 28 sepulcros em 28 dos 40m² da sondagem – a sua disposição organizada e a sua orientação canónica, colocamos a hipótese de estarmos perante uma necrópole paroquial, mais precisamente a necrópole relacionada com a igreja do Presbítero Árias, deixada em testamento, em 1138, ao bispado de Coimbra.

A reforçar esta hipótese está a proximidade com o conjunto das unidades murais no canto superior direito da Sondagem, que apresenta a mesma orientação dos túmulos. Contudo, pensamos que a origem da necrópole poderá ser anterior a esta estrutura, devido à existência de uma sepultura provavelmente anulada no momento da construção do edifício ao qual pertenciam os muros referidos. Ou seja, aquando a edificação do

edifício religioso poderia já existir um espaço sepulcral localmente reconhecido, cujos túmulos vieram a ser integrados num espaço sacralizado. É provável que já existisse uma comunidade cristã organizada²¹, à qual o Presbítero terá vindo prestar apoio espiritual, e que a Igreja que edificou tenha vindo perpetuar uma antiga tradição de culto, que serviu de estímulo para a abertura das primeiras sepulturas.



Figura 15 – Plano final da Sondagem A. No topo da imagem, podemos identificar o ângulo da estrutura que cremos pertencer à Igreja do Presbítero Árias, e que apresenta a mesma orientação que a maioria dos sepulcros. Assinalada a vermelho está a sepultura rupestre anulada, provavelmente devido à construção desta estrutura.

²¹ Não nos podemos esquecer que Miranda do Corvo já é referenciada num documento datado de 980, assim como a existência, no seu território, da igreja de Sancti Martini. Esta zona situava-se, sem dúvida, na área de influência do Mosteiro de Lorvão (vide nota 1).

Assim sendo, a necrópole rupestre de Miranda do Corvo, pelo menos a área junto à Torre Sineira, datará dos séculos XI-XII. Para a mesma datação aponta a tipologia das sepulturas²². Estamos, assim, perante mais um exemplo do inferido por Isabel Alexandra Lopes, para o Douro Superior? Neste estudo²³, a autora conclui que as «necrópoles de sepulturas antropomórficas estariam relacionadas, por norma, com locais fortificados de maiores dimensões e/ou com edifícios religiosos. Estes últimos são espaços que desempenharam papéis preponderantes durante a conquista cristã, apresentando as sepulturas características tidas como mais evolucionadas, tais como as formas trapezoidais e as cabeceiras rectangulares e em arco ultrapassado. A conjugação destes factores indicia uma cronologia entre os séculos XI e XII».

Contudo, é impossível atribuir uma datação precisa aos sepulcros rupestres. Estes monumentos não possuem qualquer contexto estratigráfico anterior ao seu talhe: como são cortados no afloramento rochoso, a estratigrafia relacionada com a anterior utilização do espaço foi destruída, não sendo, por isso, possível estabelecer uma datação post quem. Assim, apesar de, ao contrário do que é comum neste tipo de arqueossítio, as sepulturas terem fornecido material osteológico em bom estado de conservação, e algum espólio (caso de alfinetes e algumas contas isoladas), não é possível atribuir uma cronologia precisa para a necrópole, com os dados recolhidos até agora. Até o momento em que esta é abandonada é difícil de datar, pois o material cerâmico exumado dos depósitos que anulam os sepulcros, caracteriza-se por pequenos fragmentos de material de construção e de cerâmica comum incharacterística.

A relação entre a necrópole rupestre e a fortificação medieval fica por concluir. Não foi possível estabelecer a relação estratigráfica entre o espaço sepulcral e a actual Torre Sineira: junto à fachada NO, encontra-se adossada a estrutura de Época Moderna de acesso à torre. Em relação à fachada SO, aqui a estratigrafia foi completamente alterada com a abertura da vala ossário contemporânea. Tudo isto impediu a certificação quer da

²² O mesmo foi concluído por Mário Barroca (1990-1991: 109) para as sepulturas do castelo de Penela: a solução antropomórfica associada a um pronunciado sistema de encaixe de tampa apontam para uma cronologia dentro do século XI.

²³ LOPES, Isabel Alexandra, Contextos materiais da morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior, 2002:244, in TENTE, Catarina, 2007: 104.

cronologia da Torre quer da cronologia relativa através da articulação estrutura-sepulcros. Sabemos, apenas, que o espaço terá sido utilizado como necrópole durante muito tempo, antes da construção das estruturas murais relacionadas com uma fase da fortificação em que esta terá perdido parte do seu carácter defensivo, como se viu anteriormente, entre a Baixa Idade Média, inícios de Época Moderna.

Data recepção do artigo: 20 de Fevereiro de 2013

Data aceitação do artigo: 3 de Junho de 2013

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de – In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego. Lisboa: Instituto Português e Arqueologia, “Trabalhos de Arqueologia, 38”, 2004.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SILVA, Luís Jorge S. Guedes da – “Os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte Longa – Meda)”, in DOURO – Estudos & Documentos. Vol. III (5), (1998), pp. 201-210.

BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni, MÚRIAS, Manuel – História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Editorial Ática, vol. I, 1937.

BARROCA, Mário Jorge – “Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX ao XII)”, in Revista Portugalia, Porto, Nova Série, vol. XI-XII, (1990-91), pp. 89-136.

BARROCA, Mário Jorge – “Sepulturas escavadas na rocha de entre Douro e Minho”, in Revista Portugalia, Porto, Nova Série, vol. 31-32, 2010-2011, pp. 115-182.

BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – “A Terra e o Castelo — uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”, in Revista Portugalia, Porto, Nova Série, vol. VI-VII, (1985-1986), pp. 25-88.

BELISÁRIO, Pimenta – Miranda do Corvo: a sua paisagem e um pouco da sua história. Coimbra: Sociedade da Defesa e Propaganda de Coimbra, 1959.

BORGES, Nelson Correia – Novos guias de Portugal. Coimbra e Região. Lisboa: Ed. Presença, 1987.

CAPÃO, António Tavares Simões – As Cartas de Foral de Miranda do Corvo. Miranda do Corvo: Mirante – Cooperativa de Informação e Cultura, C.R.L., 1989.

CORREIA, Vergílio – Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra. Vol. IV, reorganizado e completado por A. Nogueira Gonçalves. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. 1953.

FERNANDES, Armando de Almeida – “Toponímia Vianense”, in Cadernos Vianenses, 1979-1983.

HARRIS, Edward C. – Principios de Estratigrafia Arqueológica. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

HERCULANO, Alexandre – Portugalliae Monumenta Historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et chartae. Volume I, Fascículo I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867.

Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

LOURENÇO, Sandra – O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, “Trabalhos de Arqueologia, nº 50”, 2007.

MONTEIRO, João Gouveia – Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

RODRIGUES, António Manuel Carvalho – Da Arte de Miranda do Corvo: para uma monografia de Miranda do Corvo, Miranda do Corvo: Câmara Municipal de Miranda do Corvo, 2006.

TENTE, Catarina – A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, “Trabalhos de Arqueologia, nº 47”, 2007.

TENTE, Catarina; LOURENÇO, Sandra – “Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo”, in Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa. Volume 1, número 2, (1998), pp. 191-218.

VIEIRA, Marina Afonso – Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, “Trabalhos de Arqueologia, nº 36”, 2004.

Documentos electrónicos

DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – Portal do Arqueólogo.
[Consultado a 08.05.2013]. Disponível em
<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Referência electrónica:

SANTOS, Vera – “Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo : a necrópole rupestre”. *Medievalista* [Em linha]. Nº14, (Julho - Dezembro 2013).
[Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em
<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/santos1405.html>.

ISSN 1646-740X.

